



SOCIEDADE

Ministro Paulo Guedes justifica na Câmara o veto do governo à destinação de recursos para conexão on-line no ensino público. Segundo ele, não havia estimativa de impacto orçamentário e financeiro. R\$ 3,5 bilhões estavam previstos como investimento

Lei de responsabilidade emperra internet escolar

» MARIA EDUARDA CARDIM

Depois do ministro da Educação, Milton Ribeiro, explicar que o governo federal tem outras prioridades para justificar o veto à Lei 14.172 — a Lei da Conectividade, que garante internet e aparelhos de acesso a estudantes e professores de escolas públicas —, ontem foi a vez do ministro da Economia, Paulo Guedes, esclarecer o que motivou o impedimento da sanção da lei. Durante audiência pública na Comissão da Educação, disse aos deputados federais que não tem como aprovar e cumprir a Lei da Conectividade sem cometer crime de responsabilidade fiscal.

Guedes alegou que o veto à lei não foi motivado por questão de mérito, mas por razões “técnicas-jurídicas”, já que sua pasta se limita a cumprir a lei orçamentária. “As razões (para o veto) eram técnico-jurídicas e nunca foi questão de mérito. Existe uma lei de responsabilidade e existem requisitos de lei orçamentária. Nós não podemos cometer um crime de responsabilidade fiscal. Eu sou obrigado, isso não é uma questão de escolha pessoal. O Ministério da Economia não corta programa de ninguém. Ele se limita a cumprir a lei orçamentária”, explicou.

A Lei 14.172, que destinaria R\$ 3,5 bilhões para estados e municípios a fim de garantir internet gratuita para as escolas públicas, foi aprovada no Congresso no início deste ano, mas, logo de-

Washington Costa - ASCOM/ME



Para Guedes, uma das formas de fornecer internet à rede pública seria incluí-la no pacote de serviços das empresas que disputarão o leilão do 5G

pois, recebeu o veto do presidente Jair Bolsonaro sob a justificativa de que não apresentava estimativa do respectivo impacto orçamentário e financeiro. No entanto, o Parlamento derrubou o veto em 1º de junho e a lei foi promulgada pela Presidência da República em 11 de junho.

Ainda na busca da suspensão da lei, o Poder Executivo entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo

Tribunal Federal (STF). A Corte não suspendeu a lei, mas ampliou o prazo de cumprimento do pagamento até a semana passada.

Só que isso ainda não foi feito. Para ganhar mais tempo, Bolsonaro publicou a Medida Provisória (MP) 1.060, que retira o prazo de 30 dias, após a publicação da lei, para que a União repasse os R\$ 3,5 bilhões aos estados e municípios. A medida também suspendeu a exigência de transfe-

rência em uma única parcela. A MP foi publicada em edição extraordinária do *Diário Oficial da União (DOU)* no último dia 4.

Prazo estendido

A MP entrou em vigor a partir do momento da publicação, mas, para ter validade, precisa ser aprovada pelo Congresso em até quatro meses. Guedes avaliou a medida como uma maneira de

se ganhar tempo “até que seja encontrada essa fonte” de recursos e, assim, o governo possa liberar os R\$ 3,5 bilhões aos estados e municípios.

Como possível saída, Guedes afirmou que vê oportunidade no leilão do 5G para incluir a oferta de internet gratuita para escolas públicas. Mas a presidente da Comissão da Educação, deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), alertou que o

edito do leilão não garante acessibilidade de internet às escolas públicas. Além disso, a deputada informou que o ministro das Comunicações, Fábio Faria, disse não ser possível fazer a alteração sugerida por Guedes neste momento porque atrasaria o andamento do processo. Para ela, é necessário que sejam feitos compromissos claros para a conectividade de escolas públicas no edital do leilão do 5G.



Existe uma lei de responsabilidade e existem requisitos de lei orçamentária. Isso não é uma questão de escolha pessoal. O Ministério da Economia não corta programa de ninguém. Ele se limita a cumprir a lei orçamentária”

Paulo Guedes, ministro da Economia

PANDEMIA

Crianças continuam sendo menos afetadas pela covid

Infectologistas afirmam que as crianças continuam sendo um público menos afetado pela covid-19 no Brasil. Para os especialistas, não está claro se a variante Delta do novo coronavírus ganhará tanto espaço por aqui. Mas, mesmo que ganhe, afirmam que não há indícios de que bebês, meninos e meninas ficarão doentes com maior gravidade por causa da nova cepa.

“A Delta não tem nenhuma predileção por crianças”, diz Renato Kfour, presidente do Departamento Científico de Imunizações da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). Ele afirma ser natural que, em um cenário de aumento de casos da covid-19, como ocorre nos Estados Unidos, as pessoas não imunizadas representem uma fatia maior do total de internados.

No Brasil, um estudo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) demonstrou tendência de aumento de hospitalizações de crianças de zero a nove anos por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) com teste positivo para a covid-19 nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, nas últimas semanas. Para o pesquisador Leonardo Bastos, do Programa de Computação Científica da Fiocruz, porém,

esse crescimento não tem relação com a Delta.

“A hipótese é de que parte dessas hospitalizações é de crianças que estão sendo internadas por outras causas, mas que também estão com covid”, explicou Bastos. Por essa linha de interpretação, bebês, meninos e meninas chegam ao hospital com doenças respiratórias relacionadas a outras infecções que circulam no inverno, mas, quando são testadas para o novo coronavírus, os exames detectam a doença. Os dados são uma projeção com base no Sistema de Informações de Vigilância Epidemiológica da Fiocruz (Sivep-Gripe), do Ministério da Saúde.

Viroses infantis

O fato de que não houve aumento de internações na faixa etária de 10 a 19 anos — que também não está vacinada — reforça a tese de que a causa das internações são os vírus típicos da infância, que acometem os mais novos. O inverno deste ano tem características diferentes: além das temperaturas mais baixas, também caiu o isolamento social, o que contribuiu para a disseminação de doenças virais, de um modo geral.

“O grau de exposição neste inverno é maior. As crianças agora estão circulando, vendo o avô, o

Dificuldades em detectar sintomas

Durante a pandemia da covid-19, a taxa de internação entre crianças sempre foi a menor quando comparada a de jovens, adultos e, principalmente, idosos. Nos hospitais de São Paulo, desde o início da pandemia, não foram registradas mais de 125 hospitalizações de crianças de zero e nove anos. No Rio de Janeiro, as internações de crianças da mesma idade não chegaram a 75 no total, segundo dados da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Isso porque há dificuldades em se contabilizar o número de contaminados nessa faixa etária, pois a maioria das crianças é assintomática. O médico coordenador da emergência pediátrica do Santa Lúcia, Alexandre Nikolay, explicou que o meio de contaminação das crianças é intradomiciliar. “Os pais se contaminam fora de casa e trazem o vírus para dentro de casa”, explicou.

o. E algumas estão em aula presencial”, disse Bastos. A pesquisa da Fiocruz identificou que o número de óbitos de crianças por covid-19 continua baixo — no Brasil, representa 0,3% do total de mortes. Dados da Secretaria de Saúde de São Paulo indicam que não houve aumento de internações de zero a nove anos na capital. Segundo a pasta, em maio fo-

Minervino Junior/CB/D.A Press - 1/6/17



Delta não puxou o aumento na internação de crianças com SRAG e covid

ram 108 internadas com a covid-19 na capital paulista, mas, em junho, caiu para 61 e, em julho, ficou em 55. Os números se referem às redes privada e pública.

O Brasil tem poucos adolescentes vacinados — a maior parte dos estados ainda não chamou todos os adultos para tomar a primeira dose. Em São Paulo, a previsão é de começar a vacinar adolescentes ainda este mês. O Instituto Butantan pediu, em julho, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para incluir crianças e adolescentes de três a 17 anos na bula da CoronaVac, desenvolvida em parceria com o

laboratório chinês Sinovac.

Segundo os especialistas, o país precisa avançar na imunização dos adultos para, posteriormente, alcançar as crianças e adolescentes. Meninos e meninas com menos de 12 anos só devem tomar a vacina no ano que vem, segundo projeção dos médicos brasileiros. A previsão de avanço da Delta por aqui coloca mais pressão para a agilidade da vacinação. “Temos de vacinar os pais, avós, professores. Os casos de surtos acometem muito mais os adultos”, salientou Francisco Ivanildo, infectologista e gerente médico do Sabará Hospital Infantil.

6,9 milhões de doses estocadas

O Ministério da Saúde possui 6,9 milhões de doses das vacinas da Pfizer e da Coronavac contra covid-19 paralisadas no centro de distribuição da pasta, que fica localizado vizinho ao aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. A pasta pretende determinar o envio de 3 milhões de doses a diferentes estados do país a partir de amanhã. Os 3,9 milhões restantes ainda precisam do aval da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O governador do Piauí, Wellington Dias, que coordena o diálogo dos estados sobre a pandemia do coronavírus, conversou com o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e foi informado sobre a quantidade em estoque e a perspectiva de liberação. “(Queiroga) disse que chegou a 6,9 milhões de doses (paradas no centro de distribuição) e que conseguiu cumprir a regra de autorização sobre qualidade. Vai distribuir 3 milhões e falta esta autorização (da Anvisa) para liberar 3,9 milhões”, afirmou.

Por causa da falta de injeções, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, decidiu suspender ontem a vacinação por idade. E torce pela chegada de novas doses no fim de semana.

O atraso na distribuição das vacinas foi motivo de um embate entre Queiroga e o governador de São Paulo, João Doria, que em entrevista chamou o ministro de mentiroso.

